

Apresentação

O presente número de Política & Sociedade começa com a publicação de dois artigos seminais de autores de crescente repercussão nos debates internacionais recentes no campo da teoria política, especialmente nos domínios do republicanismo e da teoria democrática. O artigo de Philip Pettit, professor de teoria política da Universidade de Princeton (EUA), antecipa as idéias desenvolvidas em seus livros sobre a teoria republicana da liberdade. Originalmente publicado em 1996, “Liberdade como antipoder” prenuncia o conceito de liberdade como não-dominação, elaborado no livro *Republicanism: a theory of freedom and government* (1997), e de liberdade como controle discursivo, desenvolvido em *A theory of freedom: from the psychology to the politics of agency* (2001). Para Pettit, a concepção republicana de liberdade representa uma alternativa à tradicional dicotomia “liberdade positiva *versus* liberdade negativa”. Se as perspectivas comunitaristas inspiram-se na noção de liberdade positiva, com sua ênfase na participação como um valor intrínseco, e as teorias liberais e libertárias edificam-se sobre a noção de liberdade negativa, com sua ênfase no critério da ausência de coerção, o republicanismo, segundo Pettit, é uma tradição com fundamentos próprios. Embora apele também a um ideal negativo de liberdade, já que esta é definida pela ausência, não pela presença de algo, o republicanismo distingue-se do liberalismo por julgar que não é qualquer tipo de interferência externa à ação individual que pode ser visto como lesivo à liberdade, mas apenas a interferência arbitrária (dominação). Assim, as políticas públicas e as leis que atuam na promoção do antipoder e na redução da dominação, embora sejam

formas evidentes de interferência nas opções dos agentes dominantes, não apenas não devem ser tomadas como lesivas à liberdade, como devem ser entendidas como parte constitutiva dela.

O artigo de Nadia Urbinati, professora de teoria política da Universidade de Columbia (EUA), também ocupa um lugar importante na obra subsequente da autora. “Representação como *advocacy*”, originalmente publicado em 2000, antecipa suas ideias sobre a natureza e o estatuto da representação democrática desenvolvidas em *Mill on democracy: from Athenian polis to representative government* (2002) e, mais recentemente, em *Representative democracy: principles and genealogy* (2006). No artigo, a autora surpreende com uma perspicaz defesa das potencialidades deliberativas da representação proporcional. Num contexto acadêmico em que muito se fala da crise dos partidos e da representação política, e no qual predomina a crença na oposição entre deliberação e representação, a intervenção de Urbinati tem a força de uma voz dissonante num debate sobrecarregado de consensos. Longe de incompatível com a democracia deliberativa, a ação dos representantes eleitos é apresentada como um instrumento refinado da deliberação democrática, o mais compatível com as condições das sociedades modernas e contemporâneas. O representante, ao assumir a condição de defensor das causas de seus constituintes, encontra-se em posição privilegiada para desvencilhar-se do imediatismo da política baseada na ação direta. A política do “aqui e agora” é substituída por uma prática deliberativa orientada para o futuro, capaz de dar a ideias e valores o lugar que lhes é devido na política democrática.

Em seguida aos artigos acima mencionados, e ainda no âmbito do tema da representação, Ana Carolina Ogando reflete sobre o que considera as limitações do modelo liberal de democracia, especialmente a ênfase no uso da racionalidade como única forma de argumentação e de ação. Retoma diversas críticas à democracia deliberativa e sugere que a incorporação de outras formas de ação e padrões comunicativos assinala uma tentativa de possibilitar maior inclusão nos processos deliberativos para que eles se tornem espaços de igualdade e emancipação.

A seguir, Joana Vaz de Moura e Lorena Madruga Monteiro analisam o processo de representação no âmbito dos Conselhos de

Segurança Alimentar e Nutricional. As autoras apontam que estes conselhos, apesar de se constituírem em inovações institucionais que incorporam representantes da sociedade civil e do Estado, não garantem um padrão plural no que diz respeito aos representantes e às práticas de representação, podendo ser gerada uma dissociação entre as demandas das bases e as atuações dos conselheiros, que acabam se transformando numa espécie de elite.

Analisando a utilização do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral nas eleições proporcionais do Distrito Federal, Luis Felipe Miguel afirma que a pulverização do tempo entre centenas de candidatos torna-a pouco efetiva, embora cumpra importante funções: avisar aos eleitores que tal indivíduo é candidato e relembrar a candidatura àqueles que já foram atingidos por outras formas de campanha, reforçando intenções de voto que, de outra forma, poderiam ser esquecidas. Ao final, o autor faz uma reflexão sobre os possíveis impactos de eventuais mudanças no sistema eleitoral visando tornar mais efetiva a utilização do tempo de TV e rádio para a eleição de deputados e vereadores.

Alvaro Bianchi discute a dificuldade para o desenvolvimento de um marxismo latino-americano. Em particular, aponta os limites da tentativa de interpretação da América Latina e do Brasil desenvolvida no âmbito do chamado *Seminário d'O Capital*. Postula, ao final, a necessidade do marxismo construir uma unidade profunda entre teoria e prática, pesquisa teórica e pesquisa empírica para superar os impasses da interpretação da América Latina.

Aninho Irachande, Lucimar de Almeida e Marilene Vieira apontam o pouco progresso quanto à consideração das questões ambientais no âmbito do Mercosul. Sugerem as razões para o estabelecimento de uma política comum de proteção ambiental dentro de um processo de integração regional e as principais ações que deveriam ser consideradas neste âmbito voltadas para a sustentabilidade do meio ambiente.

Analisando o segmento industrial têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina), Elaine de Oliveira Menezes e Paulo Freire Vieira mostram que a aglomeração industrial em pauta caracteriza-se pela ausência de uma governança em parceria, devido ao baixo grau de cooperação existente entre e

intrafirmas. Mostram também a limitada articulação desta atividade industrial com o planejamento de longo prazo e com a questão socioambiental, resultando daí inúmeros impactos biofísicos e sociais. São apontadas, porém, possibilidades de internalização gradativa da dimensão socioambiental entre os atores locais.

O último artigo, de Elísio Estanque, analisa as tendências da atual juventude universitária de Coimbra, identificando subjetividades, lógicas de participação e atitudes de indiferença/demarcação entre os estudantes. O autor mostra a existência de um distanciamento em relação ao passado e de um “esquecimento” do significado dos movimentos estudantis dos anos 60, apontando este contexto particular como expressão de outros fenômenos mais gerais com que se defrontam hoje Portugal e outras democracias europeias.

Por fim, Francisco Thiago Rocha Vasconcelos resenha o livro de César Barreira, “Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa”, destacando a importância desta obra – que reúne parte significativa da produção deste autor – para a história dos estudos sobre violência nas Ciências Sociais brasileiras. Dá destaque, em especial, às reflexões sobre conflitos no campo, criminalidade urbana e segurança pública no Brasil.

Acreditamos que o conjunto de trabalhos apresentados neste volume represente contribuição importante para a reflexão sobre variados temas de relevância para as Ciências Sociais.

Ricardo Silva e Yan de Souza Carreirão